

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	16
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	43
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	44

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	46
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2018	Ordinária		0,07929
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2018	Preferencial	Preferencial Classe A	0,07929
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2018	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2018	Preferencial	Preferencial Classe C	0,07929
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2018	Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Dividendo		Ordinária		0,01978
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,01978
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,01978

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.160.422	1.206.964
1.01	Ativo Circulante	39.632	64.528
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.516	23.590
1.01.03	Contas a Receber	14.738	16.923
1.01.03.01	Clientes	2.056	1.303
1.01.03.01.01	Concessionárias	2.056	1.303
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.682	15.620
1.01.03.02.01	Rendas a receber	12.682	15.620
1.01.04	Estoques	5.689	5.493
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.436	17.805
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.436	17.805
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.253	717
1.01.08.03	Outros	1.253	717
1.01.08.03.02	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.03	Outros créditos	1.205	669
1.02	Ativo Não Circulante	1.120.790	1.142.436
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.021	1.300
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.021	1.300
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	803	713
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	467	491
1.02.01.10.05	Outros créditos	751	96
1.02.03	Imobilizado	1.105.587	1.126.517
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.068.308	1.090.471
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	37.279	36.046
1.02.04	Intangível	13.182	14.619
1.02.04.01	Intangíveis	13.182	14.619
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.500	13.861
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	329	387
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	353	371

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.160.422	1.206.964
2.01	Passivo Circulante	78.196	133.032
2.01.02	Fornecedores	2.319	2.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.319	2.846
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.441	75.976
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.426	75.933
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.952	67.333
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.474	8.600
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	37
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	15	6
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.397	8.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.397	8.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.397	8.488
2.01.05	Outras Obrigações	40.111	39.636
2.01.05.02	Outros	40.111	39.636
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.359	32.541
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.689	4.574
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.063	2.521
2.01.06	Provisões	5.928	6.086
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24	23
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	24	23
2.01.06.02	Outras Provisões	5.904	6.063
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.904	6.063
2.02	Passivo Não Circulante	183.418	184.276
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	86.499	85.269
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	86.499	85.269
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	86.499	85.269
2.02.02	Outras Obrigações	46.028	43.886
2.02.02.02	Outros	46.028	43.886
2.02.02.02.05	Uso do bem público	44.290	43.023
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	1.738	863
2.02.03	Tributos Diferidos	36.056	37.438
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.056	37.438
2.02.04	Provisões	14.835	17.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.454	13.441
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	2.774
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	134	125
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	772	711
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.548	9.831
2.02.04.02	Outras Provisões	3.381	4.242
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.381	4.242
2.03	Patrimônio Líquido	898.808	889.656
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	62.392	70.351

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04.01	Reserva Legal	47.030	47.030
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	10.403
2.03.04.10	Reserva de Investimento	15.362	12.918
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.110	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	374	373

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.159	72.564	44.228	88.468
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.920	-33.121	-15.547	-31.135
3.02.01	Custo do serviço com energia elétrica	-42	-431	-147	-601
3.02.02	Custo de operação	-15.878	-32.690	-15.400	-30.534
3.03	Resultado Bruto	20.239	39.443	28.681	57.333
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.220	-3.747	-3.433	-6.591
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.220	-5.552	-3.273	-6.431
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.220	-5.552	-3.273	-6.431
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.805	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-160	-160
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.019	35.696	25.248	50.742
3.06	Resultado Financeiro	-5.634	-10.693	-1.164	-19.479
3.06.01	Receitas Financeiras	148	816	3.120	4.312
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.782	-11.509	-4.284	-23.791
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.385	25.003	24.084	31.263
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.575	-7.893	-8.602	-16.474
3.08.01	Corrente	-3.797	-9.286	-8.436	-17.047
3.08.02	Diferido	1.222	1.393	-166	573
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.810	17.110	15.482	14.789
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.810	17.110	15.482	14.789
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02303	0,02303	0,02549	0,01726
3.99.01.02	PNR	0,00213	0,01223	0,02046	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99.02.01	ON	0,02303	0,02303	0,02549	0,01726
3.99.02.02	PNR	0,00213	0,01223	0,02046	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	9.810	17.110	15.482	14.789
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1	1	0	0
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	1	1	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.811	17.111	15.482	14.789

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-13.314	64.779
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.156	77.376
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.003	31.263
6.01.01.04	Tributos diferidos	11	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	24.391	24.224
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	331	97
6.01.01.08	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos	7.069	18.212
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	3.742	543
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-2.048	843
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	549	-217
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	255	2.343
6.01.01.19	Amortização do prêmio de risco - GSF	24	24
6.01.01.20	Outros	-171	44
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-72.470	-12.597
6.01.02.01	Concessionárias	-753	-471
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-350	-653
6.01.02.03	Rendas a receber	2.938	9.445
6.01.02.04	Estoques	-196	-461
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	156	12
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-1.191	-679
6.01.02.08	Fornecedores	-527	-459
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-6.879	-6.674
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	1	0
6.01.02.13	Provisões	-2.301	-2.269
6.01.02.14	Uso do bem público	-2.360	-2.352
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	1.404	-549
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-62.412	-7.487
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.689	-5.236
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-1.689	-5.236
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.929	-53.145
6.03.01	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-26.667	0
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-8.141	-41.160
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	39.676	0
6.03.04	Pagamentos de encargos de dívidas	-2.939	-11.985
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.074	6.398
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.590	25.712
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.516	32.110

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-7.959	0	0	-7.959
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO	0	0	-7.959	0	0	-7.959
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	1	1
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1	1
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1	1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.110	0	17.110
5.06.04	Compensação de ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	17.110	0	17.110
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	62.392	17.110	374	898.808

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-83.523	0	-83.523
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	189.026	-83.523	331	924.766
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.945	0	0	-47.945
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-47.945	0	0	-47.945
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.789	0	14.789
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.789	0	14.789
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	141.081	-68.734	331	891.610

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	82.549	102.954
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	80.128	97.621
7.01.02	Outras Receitas	0	18
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.421	5.315
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.731	-12.043
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	421	221
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.015	-10.395
7.02.04	Outros	-1.137	-1.869
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-896	-884
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-241	-985
7.03	Valor Adicionado Bruto	74.818	90.911
7.04	Retenções	-24.457	-24.284
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.457	-24.284
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	50.361	66.627
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	882	4.426
7.06.02	Receitas Financeiras	882	4.426
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	51.243	71.053
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	51.243	71.053
7.08.01	Pessoal	5.983	5.835
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.742	4.673
7.08.01.02	Benefícios	905	904
7.08.01.03	F.G.T.S.	336	258
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.435	26.443
7.08.02.01	Federais	15.887	26.310
7.08.02.02	Estaduais	512	84
7.08.02.03	Municipais	36	49
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.715	23.986
7.08.03.01	Juros	11.509	23.791
7.08.03.02	Aluguéis	206	195
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.110	14.789
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.110	14.789

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE ABRIL A JUNHO DE 2018(*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.436,8 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %	Acumulado		Var. %
		2T18	2T17		6M18	6M17	
Financeiros							
Ativo total	R\$ mil	1.160.422	1.224.665	-5,2%			
Patrimônio líquido	R\$ mil	898.808	982.607	-8,5%			
Dívida líquida	R\$ mil	100.380	69.059	45,4%			
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	Vezes	0,11	0,07	58,9%			
Dívida líquida/ EBITDA (3 meses)	Vezes	0,77	0,35	121,6%			
RESULTADOS	Unidade	2° Trimestre		Var. %	Acumulado		Var. %
		2T18	2T17		6M18	6M17	
Receita Líquida	R\$ mil	36.159	44.228	-18,2%	72.564	88.468	-18,0%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-18.098	-18.833	-3,9%	-36.437	-37.125	-1,9%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-42	-147	-71,4%	-431	-601	-28,3%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	18.019	25.248	-28,6%	35.696	50.742	-29,7%
EBITDA	R\$ mil	30.228	37.400	-19,2%	60.087	74.966	-19,8%
Resultado financeiro	R\$ mil	-5.634	-1.164	384,0%	-10.693	-19.479	-45,1%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	12.385	24.084	-48,6%	25.003	31.263	-20,0%
Lucro líquido	R\$ mil	9.810	15.482	-36,6%	17.110	14.789	15,7%
* inclui depreciação e amortização							
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	83,6%	84,6%	-1,0%	82,8%	84,7%	-1,9%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	27,1%	35,0%	-7,9%	23,6%	16,7%	6,9%



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 2T18, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 881 GWh, 30,6% maior que ao 674 GWh gerados no 2T17 devido ao aumento da afluência (vazão) do Rio Tocantins.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2T18	2T17	var. %	6M18	6M17	var. %
		Reapresentado			Reapresentado	
Receita operacional bruta	39.924	48.797	-18,2%	80.128	97.621	-17,9%
(-) Deduções à receita operacional	-3.765	-4.569	-17,6%	-7.564	-9.153	-17,4%
(=) Receita operacional líquida	36.159	44.228	-18,2%	72.564	88.468	-18,0%
Gastos não gerenciáveis	-42	-147	-71,4%	-431,0	-601,0	-28,3%
Energia elétrica comprada para revenda	366	253	44,7%	384	201	91,0%
Encargos de uso da rede elétrica	-407	-400	1,8%	-813	-802	1,4%
Outros gastos não gerenciáveis	-1	0	0,0%	-2	0	0,0%
Margem bruta	36.117	44.081	-18,1%	72.133	87.867	-17,9%
Gastos gerenciáveis	-5.889	-6.681	-11,9%	-12.046	-12.901	-6,6%
Pessoal	-3.088	-3.284	-6,0%	-6.577	-6.313	4,2%
Materiais e serviços de terceiros	-2.491	-2.782	-10,5%	-5.096	-5.391	-5,5%
Arrendamentos e aluguéis	-129	-92	40,2%	-201	-189	6,3%
Provisões e contingências	0	-130	-100,0%	1.805	-130	-1488,5%
Outros gastos gerenciáveis	-181	-393	-53,9%	-1.977	-878	125,2%
EBITDA	30.228	37.400	-19,2%	60.087	74.966	-19,8%
Depreciação e amortização	-12.209	-12.152	0,5%	-24.391	-24.224	0,7%
Resultado financeiro	-5.634	-1.164	384,0%	-10.693	-19.479	-45,1%
Imposto de renda e contribuição social	-2.575	-8.602	-70,1%	-7.893	-16.474	-52,1%
Lucro líquido	9.810	15.482	-36,6%	17.110	14.789	15,7%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 36,2 milhões no 2T18, queda de 18,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de R\$ 8,1 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 0,042 milhões no segundo trimestre do ano, 71,43% menor que os R\$ 0,147 milhões do período comparativo.

Comentário do Desempenho



Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 5,9 milhões no segundo trimestre de 2018, queda de 11,9% em relação ao segundo trimestre de 2017, sendo R\$ 0,302 milhões referente a serviços jurídicos, R\$ 0,304 milhões de serviços administrativos e R\$ 0,144 milhões de contingência trabalhista somente em 2017.

No segundo trimestre de 2018 o **EBITDA** alcançou R\$ 30,2 milhões, valor 19,2% inferior ao alcançado no 2T17, devido à menor receita de arrendamento do período.

A variação do Resultado Financeiro Líquido no 2T18 foi negativo em R\$ 4,5 milhões, 384,0% superior ao 2T17, devido o aumento do IGPM nesse trimestre influenciando a atualização monetária do UBP.

No 2T18, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 9,8 milhões, 36,6% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da menor receita de arrendamento no período e pelo efeito da atualização do UBP.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2T18	1T18	var.%	2T17	var.%
(+) Dívida bruta	110.896	131.180	-15,5%	101.169	9,6%
(-) Disponibilidades	-10.516	-19.476	-46,0%	-32.110	-67,3%
(=) Dívida líquida	100.380	111.704	-10,1%	69.059	45,4%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 110,9 milhões em 30 de junho de 2018, composta principalmente pelas ações preferenciais de classe A, B e C, no valor de R\$ 98,0 milhões, e referente a um empréstimo, para capital de giro, R\$ 13,33 milhões (CDI 1,2 % a.a).

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 10,5 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 100,4 milhões em 30 de junho de 2018, decréscimo de 10,1% em relação ao 1T18. Essa variação deve-se, em maior parte, pela redução da geração de caixa, pagamento de dividendos e pelo pagamento de uma parte do novo empréstimo em moeda nacional com o Banco Itaú.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.516	23.590
Concessionárias		2.056	1.303
Rendas a receber	6	12.682	15.620
Impostos e contribuições sociais	7	7.436	17.805
Estoques		5.689	5.493
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos		1.205	669
Total do Ativo Circulante		39.632	64.528
Não circulante			
Depósitos vinculados	14	803	713
Prêmio de risco - GSF		467	491
Outros créditos		751	96
		2.021	1.300
Imobilizado	10	1.105.587	1.126.517
Intangível	11	13.182	14.619
		1.118.769	1.141.136
Total do Ativo Não circulante		1.120.790	1.142.436
TOTAL DO ATIVO		1.160.422	1.206.964
PASSIVO			
	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores		2.319	2.846
Impostos e contribuições sociais	7	5.441	75.976
Dividendos	12	32.359	32.541
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	24.397	8.488
Benefícios pós-emprego		24	23
Uso do bem público		4.689	4.574
Provisões	14	5.904	6.063
Outras contas a pagar		3.063	2.521
Total do Passivo Circulante		78.196	133.032
Não circulante			
Tributos diferidos	8	36.056	37.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	86.499	85.269
Benefícios pós-emprego		772	711
Uso do bem público		44.290	43.023
Provisões	14	14.063	16.972
Outras contas a pagar		1.738	863
Total do Passivo Não circulante		183.418	184.276
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	804.459	804.459
Reservas de capital	15.2	14.473	14.473
Reservas de lucros	15.2	62.392	70.351
Outros resultados abrangentes		374	373
Lucros acumulados		17.110	
Total do Patrimônio líquido		898.808	889.656
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.160.422	1.206.964

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Movimento do período		Acumulado do período	
		01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
		Reapresentado		Reapresentado	
Receitas	16	36.159	44.228	72.564	88.468
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	17				
Custo do serviço de energia elétrica		(42)	(147)	(431)	(601)
Custo de operação		(15.878)	(15.400)	(32.690)	(30.534)
		(15.920)	(15.547)	(33.121)	(31.135)
Lucro bruto		20.239	28.681	39.443	57.333
Despesas e Receitas operacionais	17				
Despesas gerais e administrativas		(2.220)	(3.273)	(5.552)	(6.431)
Outras despesas e receitas operacionais			(160)	1.805	(160)
		(2.220)	(3.433)	(3.747)	(6.591)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		18.019	25.248	35.696	50.742
Resultado financeiro	18				
Receitas financeiras		148	3.120	816	4.312
Despesas financeiras		(5.782)	(4.284)	(11.509)	(23.791)
		(5.634)	(1.164)	(10.693)	(19.479)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		12.385	24.084	25.003	31.263
Tributos sobre o lucro	19				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.797)	(8.436)	(9.286)	(17.047)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.222	(166)	1.393	573
		(2.575)	(8.602)	(7.893)	(16.474)
Lucro líquido do período		9.810	15.482	17.110	14.789
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	20				
ON		0,02303	0,02549	0,02303	0,01726
PNR		0,00213	0,02046	0,01223	0,01223
PNA				0,03669	0,03669
PNB				0,03669	0,03669
PNC				0,03669	0,03669

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	Movimento do período		Acumulado do período	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
		Reapresentado		Reapresentado
Lucro líquido do período	9.810	15.482	17.110	14.789
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	1		1	
Resultado abrangente do período	9.811	15.482	17.111	14.789

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Período de 6 meses findos em 30 de junho				Total
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	804.459	14.473	189.026	331	1.008.289
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(83.523)	(83.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	804.459	14.473	189.026	331	924.766
Dividendo adicional aprovado - AGO de 19/04/2017			(47.945)		(47.945)
Lucro líquido do período			141.081	331	14.789
Saldos em 30 de junho de 2017 (Reapresentado)	804.459	14.473	141.081	331	891.610
				14.789	
				(68.734)	
					889.656
	Período de 6 meses findos em 30 de junho				Total
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	804.459	14.473	70.351	373	889.656
Dividendo adicional aprovado - AGO de 18/04/2018			(7.959)		(7.959)
Lucro líquido do período					17.110
Outros resultados abrangentes				17.110	
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				1	1
Saldos em 30 de junho de 2018	804.459	14.473	62.392	374	898.808

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> <u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		25.003	31.263
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		11	
Depreciações e amortizações		24.391	24.224
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		331	97
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		7.069	18.212
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		3.742	543
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.048)	843
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		549	(217)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		255	2.343
Amortização do prêmio de risco - GSF		24	24
Outros		(171)	44
		<u>59.156</u>	<u>77.376</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(753)	(471)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(350)	(653)
Estoques		(196)	(461)
Cauções e depósitos vinculados		156	12
Rendas a receber		2.938	9.445
Outros ativos operacionais		(1.191)	(679)
		<u>604</u>	<u>7.193</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(527)	(459)
Outros tributos e contribuições sociais		(6.879)	(6.674)
Benefícios pós-emprego		1	
Provisões		(2.301)	(2.269)
Uso do bem público		(2.360)	(2.352)
Outros passivos operacionais		1.404	(549)
		<u>(10.662)</u>	<u>(12.303)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>49.098</u>	<u>72.266</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(62.412)	(7.487)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais			
		<u>(13.314)</u>	<u>64.779</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(1.689)	(5.236)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento			
		<u>(1.689)</u>	<u>(5.236)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(8.141)	(41.160)
Captação de empréstimos e financiamentos		39.676	
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(26.667)	
Pagamentos de encargos de dívidas		(2.939)	(11.985)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento			
	22.1	<u>1.929</u>	<u>(53.145)</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(13.074)</u>	<u>6.398</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		10.516	32.110
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		23.590	25.712
		<u>(13.074)</u>	<u>6.398</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODO DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)



	2018	2017
		Reapresentado
Geração do valor adicionado	82.549	102.954
Receita operacional	80.128	97.621
Receita relativa à construção de ativos próprios	2.421	5.315
Outras receitas		18
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(7.731)	(12.043)
Custos da energia comprada	421	221
Encargos de uso da rede elétrica	(896)	(884)
Materiais	(1.241)	(5.380)
Serviços de terceiros	(5.774)	(5.015)
Outros custos operacionais	(241)	(985)
Valor adicionado bruto	74.818	90.911
Retenções		
Depreciações e amortizações	(24.457)	(24.284)
Valor adicionado líquido produzido	50.361	66.627
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	882	4.426
Valor adicionado total a distribuir	51.243	71.053
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.742	4.673
Benefícios	905	904
FGTS	336	258
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	15.887	26.310
Estaduais	512	84
Municipais	36	49
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	11.509	23.791
Aluguéis	206	195
	34.133	56.264
Lucros retidos	17.110	14.789
	51.243	71.053

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm.

Em 3 de maio de 2017 o Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria nº 178, definiu o novo montante de garantia física da UHE Lajeado, passando a mesma dos antigos 526,6 MWm para os atuais 505,1 MWm, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 30 de junho de 2018, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$48.979 (R\$47.597 em 31 de dezembro de 2017). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 10 de julho de 2018.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2017, com exceção das novas normas de contabilidade adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na nota 2.7.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 27 de fevereiro de 2018. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Número da nota explicativa em 31/12/2017	Título da nota explicativa	Justificativa
6	Concessionárias	(a)
11	Prêmio de risco - GSF	(a)
12	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(a)
15	Fornecedores	(a)
18	Benefício pós emprego	(a)
19	Uso do bem público - UBP	(a)
21.3.1	Ágio na emissão de ações	(a)
21.3.3	Reserva de investimento	(a)
21.4	Outros resultados abrangentes	(a)
27.1.2	Valor justo	(b)
27.1.2.1	Mensuração a valor justo	(b)
27.2.6	Gestão de capital	(a)
30	Cobertura de seguros	(a)

(a) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de junho de 2018, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); determinação da Receita com arrendamento (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 14.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Quando aplicável, os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

Para o período findo em 30 de junho de 2018 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

2.7.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial na data da adoção inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Os contratos que começaram e concluíram no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na nota 16, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes, conforme descrito na nota 16.

2.7.2 CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações financeiras do período comparativo.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

O pronunciamento simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo nas informações contábeis intermediárias:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Rendas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas informações contábeis intermediárias decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Administração da Companhia decidiu pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando, quando aplicável, a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Concessionárias. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

• Contabilidade de *hedge* (*Hedge accounting*)

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactaram a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

Em relação às revisões acima, destaca-se as alterações no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação que trata das divulgações relativas aos instrumentos financeiros. Com a edição do CPC 48 foram incluídos no CPC 40 extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

A Companhia realizou uma análise para identificar os novos requerimentos de divulgação e implementou as mesmas a partir destas informações contábeis intermediárias, destacando as divulgações na nota 21.

A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

2.7.4 ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da adoção deste pronunciamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3 Reapresentação de períodos anteriores

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação de erros requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos acumulados. O detalhamento das representações do período estão demonstradas abaixo:

• Efeito da tributação sobre ações preferenciais

De acordo com o CPC 39, as Ações Preferenciais de classes "A", "B", e "C" são registradas como Empréstimos e financiamentos (Nota 13) e os juros e dividendos dessas respectivas ações devem ser reconhecidos como despesa financeira na Demonstração do Resultado.

A Lei nº 12.973/14, em seu artigo 9º, modificou o §3º do artigo 10º da Lei nº 9.249/95, estabelecendo que não são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, os lucros e dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no artigo 15º da Lei nº 6.404/76, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais de 2017, a Companhia ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

• Reclassificação para melhor apresentação

A Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação dos saldos contábeis, procedeu reclassificações na Demonstração do Resultado.

3.1 Demonstração do Resultado

	Movimento do Período			Acumulado do Período				
	01/04/2017 à 30/06/2017			01/01/2017 à 30/06/2017				
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reclassificação para melhor apresentação	Reapresentado	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reclassificação para melhor apresentação	Reapresentado
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas gerais e administrativas	(2.934)		(339)	(3.273)	(5.754)		(677)	(6.431)
Depreciações e amortizações	(339)		339		(677)		677	
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	25.248			25.248	50.742			50.742
Resultado financeiro								
Despesas financeiras	(3.091)	(1.193)		(4.284)	(21.324)	(2.467)		(23.791)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	25.277	(1.193)		24.084	33.730	(2.467)		31.263
Tributos sobre o lucro								
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.359)	(4.077)		(8.436)	(12.970)	(4.077)		(17.047)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.241)	4.075		(166)	1.503	(930)		573
	(8.600)	(2)	-	(8.602)	(11.467)	(5.007)	-	(16.474)
Lucro líquido do período	16.677	(1.195)	-	15.482	22.263	(7.474)	-	14.789
Resultado por ação atribuível aos acionistas								
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)								
ON	0,03585	(0,01036)		0,02549	0,03585	(0,01859)		0,01726
PNR	0,00884	0,01162		0,02046	0,01223			0,01223
PNA					0,03669			0,03669
PNB					0,03669			0,03669
PNC					0,03669			0,03669

3.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		
	Efeito da tributação sobre ações preferenciais		
	Publicado	Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	33.730	(2.467)	31.263
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(124)	2.467	2.343
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	64.779	-	64.779
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(5.236)	-	(5.236)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	(53.145)	-	(53.145)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.398	-	6.398

3.3 Demonstração do Valor Adicionado

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		
	Efeito da tributação sobre ações preferenciais		
	Publicado	Reapresentado	
Valor adicionado total a distribuir	71.053	-	71.053
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	21.303	5.007	26.310
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	21.324	2.467	23.791
	48.790	7.474	56.264
Lucros retidos	22.263	(7.474)	14.789
	71.053	-	71.053

3.4 Demonstração do Resultado Abrangente

	Movimento do Período			Acumulado do Período		
	01/04/2017 à 30/06/2017			01/01/2017 à 30/06/2017		
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reapresentado	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	16.677	(1.195)	15.482	22.263	(7.474)	14.789
Resultado abrangente do exercício	16.677	(1.888)	14.789	22.263	(7.474)	14.789

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.5 Demonstração da Muta o do Patrimônio Líquido

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		
	Lucros (Prejuízos) Acumulados		
	Publicado	Efeito da tributa�o sobre a�es preferenciais	Reapresenta- do
Ajustes de exercícios anteriores		(83.523)	(83.523)
Lucro líquido do período	22.263	(7.474)	14.789
Saldos em 30 de junho de 2017	22.263	(90.997)	(68.734)

4 Eventos significativos no período

4.1 Capta o de recursos

Durante o 1  semestre de 2018 a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da libera�o	Vencimento	Valor	Custo da d�vida	Finalidade
Cédula de Crédito Bancário	fev/18	ago/18	40.000	CDI + 1,20% a.a.	Capital de giro
			40.000		

Para mais informa es sobre o recurso recebido acima, vide nota 13.

4.2 Oferta Pública de Aquisi o de A es - OPA para as a es preferenciais de classe "A"

Em 2011 acionistas detentores de a es preferenciais classe "C" (PNC), apresentaram requerimento   CVM para que esta determinasse   EDP – Energias do Brasil, a realiza o de Oferta Pública de Aquisi o de A es - OPA das a es PNC por aumento de participa o.

A análise realizada pela CVM sobre a conformidade das transa es realizadas com as a es PNC no ano de 2008 concluiu que não houve a ocorrência do fato gerador da obriga o de realizar OPA por aumento de participa o do controlador. No mesmo processo, a CVM concluiu que as aquisi es de a es preferenciais classe "A" (PNA) feitas pela Rede Lajeado Energia S.A. (então sob controle do Grupo Rede Energia) ultrapassaram o limite de 1/3 da mesma classe de a es, o que ensejaria a obriga o da Lajeado Energia S.A. (sucessora da Rede Lajeado Energia S.A.) de realizar OPA das a es PNA.

Em atendimento   decisão proferida pela CVM, comunicada nos termos do Ofício n  249/2017/CVM/SER/GER-1 de 24 de agosto de 2017, a Lajeado Energia protocolou, em 10 de outubro de 2017, Pedido de Registro de Oferta Pública de A es por Aumento de Participa o, para a realiza o da Oferta, sob procedimento diferenciado, conforme deferido pelo Colegiado da CVM na referida decisão.

Por meio do Ofício n 120/2018/CVM/SER/GER-1, de 8 de maio de 2018, a CVM concedeu o registro para a OPA por aumento de participa o das a es PNA dirigida aos detentores dessa classe de a es. Em 5 de julho de 2018, houve o término do prazo para que os acionistas destinatários da OPA manifestassem sua aceita o   oferta. Não houve adesão de nenhum acionista, fato este comunicado ao mercado e   CVM em 12 de julho de 2018.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	1.502	593
Aplica�es financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	9.014	22.997
Total	10.516	23.590

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de varia o no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplica es financeiras possuem op o de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplica es financeiras estão remuneradas a taxas que variam de 90,00% a 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplica es financeiras   baseado nas cota es de mercado do papel ou informa es de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em considera o as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administra o, as aplica es são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avalia o de concentra o e exposi o de risco de crédito. Esta exposi o máxima ao risco também   medida em rela o ao Patrimônio Líquido da Institui o Financeira.

A exposi o da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

6 Rendas a receber

	30/06/2018	31/12/2017
Lajeado Energia	9.258	11.402
Paulista Lajeado	888	1.094
CEB Lajeado	2.536	3.124
	12.682	15.620

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), fra es ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participa es no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9).

Este arrendamento   contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Opera es de Arrendamento Mercantil, pois a opera o da usina   de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar   Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condi es até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento   baseado na remunera o de 8,83% ao ano corrigido pelo  ndice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da deprecia o acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo   calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na proje o do ano seguinte.

A varia o no período da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e alugueis (Nota 16),   decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2017 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2017 refletido no CA; e (ii) redu o do IPCA projetado para o exercício de 2018 em rela o ao exercício anterior de 0,91 p.p..

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**7 Impostos e contribuições sociais**

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Adianta- mentos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2018		
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	16.939		7.058	(17.569)	6.428		
ICMS	15				15		
PIS e COFINS	-	208		(208)	-		
IRRF sobre aplicações financeiras	818	141			959		
Outros	33	1			34		
Total	17.805	350	7.058	(17.777)	7.436		
	Nota	Saldo em 31/12/2017	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2018
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	3	67.334	9.286	255	(55.354)	(17.569)	3.952
ICMS		37	123		(160)		-
PIS e COFINS		1.429	7.440		(7.466)	(208)	1.195
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		121	325		(376)		70
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	6.747			(6.747)		-
Encargos com pessoal		308	72		(156)		224
Total		75.976	17.246	255	(70.259)	(17.777)	5.441

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$6.747 era relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2017 e foi liquidado em janeiro de 2018.

8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não Circulante	
		30/06/2018	31/12/2017
PIS e COFINS		11	
Imposto de renda e contribuição social	8.1	36.045	37.438
Total		36.056	37.438

8.1 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
						2018	2017
Reapresentado							
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		78	57			21	21
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.407	3.103			(696)	277
Uso do bem público - CPC 25		16.653	16.183	3.194	3.304	580	(505)
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	8.1.1.1			47.355	47.964	609	1.188
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		192	192				
Outras		3.161	2.626	7.987	8.331	879	(408)
Total bruto		22.491	22.161	58.536	59.599	1.393	573
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(22.491)	(22.161)	(22.491)	(22.161)		
Total		-	-	36.045	37.438		

8.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 13).

8.1.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2025	2026 a 2027	Total Não circulante
1.597	3.195	3.195	2.709	2.223	5.342	4.230	22.491

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 12) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave de administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado		
				Circulante		Não circulante		Recargas (Despesas)		
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		
								2018	2017	
Concessionárias										
Suprimento de energia elétrica										
EDP São Paulo	Controle Comum	175,1	01/08/2002 a 15/12/2032	161	151	-	-	987	1.055	
EDP São Paulo	Controle Comum	175,1	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5	-	-	31	33	
Uso do sistema de transmissão										
EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	18	17	-	-	110	115	
				184	173	-	-	1.128	1.203	
Rendas a receber (Nota 6)										
Arrendamento UHE Lajeado										
Lajeado	Controladora direta			9.258	11.402	-	-	55.548	68.414	
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	2.536	3.124	-	-	15.219	18.744	
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			888	1.094	-	-	5.227	6.560	
				12.682	15.620	-	-	76.094	93.718	
Outros créditos e Outras contas a pagar										
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2018 a 31/12/2019	-	-	135	4	314	661	
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2018	-	-	523	292	(91)	(138)	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2018 a 31/12/2019	-	-	19	176	(318)	(318)	
Contrato de prestação de serviços (d)										
EDP PCH	Controle Comum		01/01/2017 a 31/12/2018	-	-	677	4	(421)	(516)	
				12.866	15.793	677	4	76.706	95.444	

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 23.2). As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: Até 31 de dezembro de 2017 esteve vigente o Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos firmado entre a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, e demais partes relacionadas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de backoffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

d) Contrato de prestação de serviços: O instrumento tem por objetivo a contratação dos seguintes serviços: (i) suporte de engenharia da manutenção da UHE Lajeado; (ii) do gerenciamento do sistema elétrico, e de interface e representação entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e (iii) suporte e questões relativas ao meio ambiente e regularização fundiária.

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 30 de junho

	2018				2017			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	477	38	60	575	483	38	69	590
Benefícios de curto prazo (b)	13			13	9			9
Total	490	38	60	588	492	38	69	599

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**10.1 Composição do imobilizado**

	Taxas anuais médias de depreciação %	30/06/2018			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2017		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510				114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.961	(214.470)	480.491	2,00	694.745	(207.520)	487.225
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,33	333.982	(123.579)	210.403	2,26	333.683	(119.730)	213.953
Máquinas e equipamentos	3,04	416.379	(177.849)	238.530	3,07	416.365	(171.538)	244.827
Veículos	14,29	777	(498)	279	14,29	650	(466)	184
Móveis e utensílios	19,86	35	(6)	29	6,25	20	(5)	15
		<u>1.560.644</u>	<u>(516.402)</u>	<u>1.044.242</u>		<u>1.559.973</u>	<u>(499.259)</u>	<u>1.060.714</u>
Sistema de transmissão de conexão (Nota 10.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,31	8.328	(6.761)	1.567	3,31	8.328	(6.238)	2.090
Máquinas e equipamentos	3,18	73.603	(52.466)	21.137	3,18	73.603	(47.243)	26.360
		<u>81.931</u>	<u>(59.227)</u>	<u>22.704</u>		<u>81.931</u>	<u>(53.481)</u>	<u>28.450</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	18,78	1.323	(780)	543	11,26	1.224	(723)	501
Veículos	14,29	721	(401)	320	14,29	721	(349)	372
Móveis e utensílios	10,39	841	(342)	499	6,25	750	(316)	434
		<u>2.885</u>	<u>(1.523)</u>	<u>1.362</u>		<u>2.695</u>	<u>(1.388)</u>	<u>1.307</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.645.460</u>	<u>(577.152)</u>	<u>1.068.308</u>		<u>1.644.599</u>	<u>(554.128)</u>	<u>1.090.471</u>
Imobilizado em curso								
Geração		37.208		37.208		35.678		35.678
Administração		71		71		368		368
Total do imobilizado em curso		<u>37.279</u>	<u>-</u>	<u>37.279</u>		<u>36.046</u>	<u>-</u>	<u>36.046</u>
Total do imobilizado		<u>1.682.739</u>	<u>(577.152)</u>	<u>1.105.587</u>		<u>1.680.645</u>	<u>(554.128)</u>	<u>1.126.517</u>

10.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$22.704 (R\$28.450 em 31 de dezembro de 2017) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, e assim continuará até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

10.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2017	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 30/06/2018
Imobilizado em serviço								
Terrenos		114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		487.225		216	(6.950)			480.491
Edificações, obras civis e benfeitorias		216.043		298	(4.371)			211.970
Máquinas e equipamentos		271.688		112	(11.590)			260.210
Veículos		556		127	(84)			599
Móveis e utensílios		449		106	(27)			528
Total do imobilizado em serviço		<u>1.090.471</u>	<u>-</u>	<u>859</u>	<u>(23.022)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.068.308</u>
Imobilizado em curso								
Reservatórios, barragens e adutoras		1.420	732	(216)			217	2.153
Edificações, obras civis e benfeitorias		80	219	(298)				1
Máquinas e equipamentos		10.075	1.410	(112)		(322)	(214)	10.837
Adiantamento a fornecedores		3.060					30	3.090
Depósitos Judiciais	14.1.1.1	16.387						16.387
Outros		5.024	44	(233)			(24)	4.811
Total do imobilizado em curso		<u>36.046</u>	<u>2.405</u>	<u>(859)</u>	<u>-</u>	<u>(322)</u>	<u>9</u>	<u>37.279</u>
Total do imobilizado		<u>1.126.517</u>	<u>2.405</u>	<u>-</u>	<u>(23.022)</u>	<u>(322)</u>	<u>9</u>	<u>1.105.587</u>

11 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11.1 Composição do intangível**

	30/06/2018				31/12/2017			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(60)	18	20,00	78	(52)	26
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	8.100	(5.011)	3.089	25,42	8.100	(3.982)	4.118
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(10.744)	9.393	3,22	20.137	(10.420)	9.717
		28.315	(15.815)	12.500		28.315	(14.454)	13.861
Sistema de transmissão de conexão (Nota 10.1.1)								
Servidão permanente	27,91	111	(64)	47	27,91	111	(49)	62
		111	(64)	47		111	(49)	62
Administração								
Software	20,00	1.989	(1.707)	282	20,00	1.973	(1.648)	325
		1.989	(1.707)	282		1.973	(1.648)	325
Total do intangível em serviço		30.415	(17.586)	12.829		30.399	(16.151)	14.248
Intangível em curso								
Geração				-		19		19
Administração		353		353		352		352
Total do intangível em curso		353	-	353		371	-	371
Total do intangível		30.768	(17.586)	13.182		30.770	(16.151)	14.619

11.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido		Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 30/06/2018
		31/12/2017	Ingressos					
Intangível em serviço								
Software		351		16	(67)			300
Servidão permanente		62			(15)			47
Direito de concessão - Licenças ambientais		4.118			(1.029)			3.089
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	9.717			(324)			9.393
Total do intangível em serviço		14.248	-	16	(1.435)	-	-	12.829
Intangível em curso								
Software		371	16	(16)		(9)	(9)	353
Total do Intangível em curso		371	16	(16)	-	(9)	(9)	353
Total do Intangível		14.619	16	-	(1.435)	(9)	(9)	13.182

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

12 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 18 de abril de 2018, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$45.000, sendo R\$35.019 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$9.981 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2017 conforme RCA de 21 de dezembro de 2017; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$10.403, sendo R\$7.959 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$2.444 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 13.2). Durante o 1º semestre de 2018 foi pago R\$8.141 relativo ao JSCP em 29 de maio de 2018. O saldo remanescente de JSCP e os dividendos adicionais serão pagos aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2018.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	31/12/2017	Dividendos		Pagamentos não realizados		30/06/2018
		Adicionais	Pagamentos			
Lajeado Energia	21.729	5.810	(6.249)			21.290
CEB Lajeado	5.953	1.592	(1.455)			6.090
Paulista Lajeado Energia	2.084	557	(509)			2.132
Acionistas não controladores (*)	2.775			72		2.847
	32.541	7.959	(8.213)	72		32.359

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

Notas Explicativas



13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Nota	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	30/06/2018			31/12/2017				
									Encargos		Encargos		Principal		Principal	
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativas	13.1.1					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"		Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	11.088	39.564	46.935	97.587	8.488	40.251	45.018	93.757
Banco Itaú - Cédula de Crédito Bancário		40.000	43.154	40.000	23/02/2018 a 23/08/2018	Capital de Giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal e Juros em seis parcelas mensais, sem carência	12	13.333	13.345	13.345				
(-) Custo de transação				(324)	23/02/2018 a 23/08/2018			Amortização mensal do custo de transação		(36)	(36)	(36)				
Total									11.100	39.564	13.297	110.895	8.488	40.251	45.018	93.757

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

13.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 30 de junho de 2018 de R\$97.587 (R\$93.757 em 31 de dezembro de 2017) contempla o montante original e os juros até 2033 (término de 2017) contemplos o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2017		Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 30/06/2018
	Ingressos							
Circulante								
Principal	-	40.000	(26.667)					13.333
Juros	8.488		(2.939)	3.191	2.360			11.100
Custo de Transação	-	(324)					288	(36)
	<u>8.488</u>	<u>39.676</u>	<u>(29.606)</u>	<u>3.191</u>	<u>2.360</u>	<u>-</u>	<u>288</u>	<u>24.397</u>
Não circulante								
Principal	45.018					1.917		46.935
Juros	40.251				(2.360)	1.673		39.564
	<u>85.269</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.360)</u>	<u>3.590</u>	<u>-</u>	<u>86.499</u>

Dos juros provisionados de R\$3.191, R\$2.444 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 18 de abril de 2018 (Nota 12). Os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 18).

13.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2018	22.037
2019	2.360
	<u>24.397</u>
Não circulante	
2019	2.360
2020	4.342
2021	3.995
2022	3.675
2023 até 2027	14.406
2028 até 2032	57.721
	<u>86.499</u>
Total	<u>110.896</u>

14 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1			12.182	14.230	803	713
Licenças ambientais	14.2	5.904	6.063	1.881	2.742		
Total		<u>5.904</u>	<u>6.063</u>	<u>14.063</u>	<u>16.972</u>	<u>803</u>	<u>713</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Deposito Judicial				Deposito Judicial	
	Saldo em 31/12/2017	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 30/06/2018	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas	125		9	134	627	573
Cíveis	9.831		717	10.548		
Fiscais	2.774	(1.805)	(969)	-		
Outros	1.500			1.500		
Total	<u>14.230</u>	<u>(1.805)</u>	<u>(243)</u>	<u>12.182</u>	<u>627</u>	<u>573</u>
Não circulante	14.230			12.182	627	573
Total	<u>14.230</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.182</u>	<u>627</u>	<u>573</u>

14.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$3.724 (R\$3.455 em 31 de dezembro de 2017).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$6.824 (R\$6.376 em 31 de dezembro de 2017). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de junho 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$16.387 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 10.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14.1.1.2 Fiscais

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo provisionado de R\$2.774 referia-se a discussões na esfera administrativa acerca da cobrança de multas por suposta ausência de escrituração de notas fiscais, relativo ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016. Em fevereiro de 2018 a Companhia aderiu ao REFIS do Estado do Tocantins instituído pela Lei nº 3.346/18, na modalidade de pagamento à vista, com aplicação dos benefícios previstos na lei, não havendo mais saldo provisionado em 30 de junho de 2018.

14.1.1.3 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

14.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas			60	26
Cíveis	89.463	98.889		
Fiscais	3.248	7.506	112	
Total	92.711	106.395	172	26

14.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 14.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 30 de junho de 2018 de R\$88.713 (R\$98.241 em 31 de dezembro de 2017). A variação no período é decorrente, principalmente, do encerramento com êxito de processo no montante de R\$16.338, após realizado acordo entre as partes em 19 de março de 2018.

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 14.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 30 de junho de 2018 de R\$63 (R\$58 em 31 de dezembro de 2017).

Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de junho de 2018 é de R\$655 (R\$426 em 31 de dezembro de 2017).

14.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 30 de junho de 2018 é de R\$4 (R\$114 em 31 de dezembro de 2017).

14.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$2.514 (R\$2.451 em 2017). Deste montante, R\$2.301 (R\$2.239 em 2017) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$213 (R\$212 em 2017) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2017	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/06/2018
Circulante	6.063	732	(2.301)	317	1.094	(1)	5.904
Não circulante	2.742			124	(1.094)	109	1.881
Total	8.805	732	(2.301)	441	-	108	7.785

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 13). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 30 de junho de 2018 face a 31 de dezembro de 2017. Segue a composição do Capital social:

	30/06/2018 e 31/12/2017											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

15.2 Reservas

	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal		47.030	47.030
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	15.2.1	15.362	12.918
Dividendo adicional proposto	15.2.2		10.403
		<u>62.392</u>	<u>70.351</u>
Total		<u>76.865</u>	<u>84.824</u>

15.2.1 Retenção de lucros

A constituição no montante de R\$2.444 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 13.2.

15.2.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$10.403, R\$7.959 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 12) e R\$2.444 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 13.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 18 de abril de 2018.

16 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Movimento do Período				Acumulado do Período			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
Suprimento de energia elétrica	8.328	8.440	1.527	1.552	16.694	16.737	3.061	3.029
Energia de curto prazo	778	801	183	229	3.009	2.986	641	557
Arrendamentos e aluguéis			38.047	46.859			76.094	93.718
Outras receitas operacionais			167	157			332	317
Receita operacional bruta	9.106	9.241	39.924	48.797	19.703	19.723	80.128	97.621
(-) Deduções à receita operacional								
PIS/COFINS			(3.693)	(4.514)			(7.412)	(9.030)
P&D			(15)	(15)			(32)	(31)
Outros encargos			(57)	(40)			(120)	(92)
	-	-	(3.765)	(4.569)	-	-	(7.564)	(9.153)
Receitas	9.106	9.241	36.159	44.228	19.703	19.723	72.564	88.468

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

17

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Nota	Movimento do Período						
	01/04/2018 à 30/06/2018					01/04/2017 à 30/06/2017	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total	Total
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras			
Energia elétrica comprada para revenda		(366)			(366)	(253)	
Encargos de uso da rede elétrica		407			407	400	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	17.1		2.212	876	3.088	3.284	
Material			217	57	274	265	
Serviços de terceiros	17.2		1.394	823	2.217	2.517	
Depreciação			11.160	332	11.492	11.446	
Amortização			685	32	717	706	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1				-	130	
Aluguéis e arrendamentos			1	128	129	92	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					-	(17)	
Outras			1	209	182	410	
Total		42	15.878	2.220	-	18.140	18.980

Nota	Acumulado do Período						
	01/01/2018 à 30/06/2018					01/01/2017 à 30/06/2017	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total	Total
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras			
Energia elétrica comprada para revenda		(384)			(384)	(201)	
Encargos de uso da rede elétrica		813			813	802	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	17.1		4.360	2.217	6.577	6.313	
Material			350	86	436	518	
Serviços de terceiros	17.2		2.590	2.070	4.660	4.873	
Depreciação			22.309	647	22.956	22.812	
Amortização			1.370	65	1.435	1.412	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1				(1.805)	130	
Aluguéis e arrendamentos				201	201	189	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					-	(17)	
Outras			2	1.711	1.979	895	
Total		431	32.690	5.552	(1.805)	36.868	37.726

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17.1 Pessoal e Administradores**

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
Pessoal				
Remuneração	1.370	1.557	3.318	3.091
Encargos	634	544	1.182	1.086
Previdência privada - Corrente	13	15	28	28
Benefício pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	50	34	100	88
Despesas rescisórias	16	72	54	108
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	290	312	539	558
Outros benefícios - Corrente	384	415	766	767
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial		10	8	20
	<u>2.757</u>	<u>2.959</u>	<u>5.995</u>	<u>5.746</u>
Administradores				
Honorários e encargos	328	324	578	565
Benefícios dos administradores	3	1	4	2
	<u>331</u>	<u>325</u>	<u>582</u>	<u>567</u>
	<u>3.088</u>	<u>3.284</u>	<u>6.577</u>	<u>6.313</u>

17.2 Serviços de terceiros

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
Serviços de consultoria	479	527	929	854
Serviços de manutenção	638	616	1.074	1.002
Serviços de limpeza e vigilância	343	332	716	666
Serviços ambientais	107	107	225	212
Serviços de informática	567	512	759	1.114
Serviços de publicação e publicidade	116	153	284	479
Serviços de telecomunicações	44	60	112	142
Outros	(77)	210	561	404
	<u>2.217</u>	<u>2.517</u>	<u>4.660</u>	<u>4.873</u>

18 Resultado financeiro

Nota	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras e cauções	251	1.167	584	2.286
Energia vendida	29	2	43	8
Depósitos judiciais	10		245	
Juros e multa sobre tributos	7 (126)	13		124
Outros juros e variações monetárias		1.975		1.975
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(17)	(56)	(66)	(114)
Outras receitas financeiras	1	19	10	33
	<u>148</u>	<u>3.120</u>	<u>816</u>	<u>4.312</u>
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	13.2 (611)	(189)	(3.479)	(14.910)
Ajustes a valor presente	13.2 (1.801)	(1.752)	(3.590)	(3.491)
Juros e variações monetárias				
Juros e multa sobre tributos	7 (255)	(1.193)	(255)	(2.467)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1 (341)	(333)	243	(713)
Uso do bem público		531	(3.587)	
Benefícios pós-emprego		(21)	(40)	(42)
Outros juros e variações monetárias		189	(441)	
Ajustes a valor presente		(1.494)	(263)	(2.112)
Outras despesas financeiras		(22)	(97)	(56)
	<u>(5.782)</u>	<u>(4.284)</u>	<u>(11.509)</u>	<u>(23.791)</u>
	<u>(5.634)</u>	<u>(1.164)</u>	<u>(10.693)</u>	<u>(19.479)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	IRPJ / CSLL		IRPJ / CSLL	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
		Reapresentado		Reapresentado
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	12.385	24.084	25.003	31.263
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(4.211)	(8.188)	(8.501)	(10.629)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(13)	4	(13)	
Juros sobre as ações preferenciais	(14)	(423)	(1.179)	(5.869)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	1.626	(1)	1.722	12
Incentivos fiscais	37	6	78	12
Despesa de IRPJ e CSLL	(2.575)	(8.602)	(7.893)	(16.474)
Alíquota Efetiva	20,8%	35,7%	31,6%	52,7%

20

Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
		Reapresentado		Reapresentado
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:				
Ordinárias (ON)	9.264	10.253	9.264	6.943
Preferenciais Classe "R" (PNR)	546	5.229	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)			598	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)			189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)			3.933	3.933
	9.810	15.482	17.110	14.789
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)				
Ordinárias (ON)	402.202	402.202	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199	107.199	107.199
	786.406	786.406	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)				
Ordinárias (ON)	0,02303	0,02549	0,02303	0,01726
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,00213	0,02046	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)			0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)			0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)			0,03669	0,03669

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Movimento do Período			Acumulado do Período		
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 20.1	Resultado por classe de ações	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 20.1	Resultado por classe de ações
2017 (Reapresentado)						
Ordinárias (ON)	7.919	2.334	10.253	7.564	(621)	6.943
Preferenciais Classe "R" (PNR)	5.031	198	5.229	4.806	(1.680)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	320	(320)		306	292	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	102	(102)		97	92	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.110	(2.110)		2.016	1.917	3.933
	15.482	-	15.482	14.789	-	14.789
2018						
Ordinárias (ON)	5.018	4.246	9.264	8.752	512	9.264
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.188	(2.642)	546	5.560	(2.434)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	203	(203)		354	244	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	64	(64)		112	77	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.337	(1.337)		2.332	1.601	3.933
	9.810	-	9.810	17.110	-	17.110

20.1

Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Aplicações financeiras	Nível 2	9.014	22.997	9.014	22.997
		<u>9.014</u>	<u>22.997</u>	<u>9.014</u>	<u>22.997</u>
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5				
Bancos conta movimento		1.502	593	1.502	593
Concessionárias		2.056	1.303	2.056	1.303
Rendas a receber	6	12.682	15.620	12.682	15.620
Outros créditos - Partes relacionadas	9	677	4	677	4
		<u>16.917</u>	<u>17.520</u>	<u>16.917</u>	<u>17.520</u>
		<u>25.931</u>	<u>40.517</u>	<u>25.931</u>	<u>40.517</u>
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.319	2.846	2.319	2.846
Uso do bem público		40.654	38.490	48.979	47.597
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13				
Moeda nacional		110.931	93.757	110.896	93.757
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	1.738	862	1.738	862
		<u>155.642</u>	<u>135.955</u>	<u>163.932</u>	<u>145.062</u>

21.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

21.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 “Risk Officers” separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas debaixo de uma mesma diretoria.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 13, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável					
		Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	602	602	160	301	(160)	(301)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	602	602	160	301	(160)	(301)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(109)	(109)	(21)	(45)	22	44
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(109)	(109)	(21)	(45)	22	44
		493	493	139	256	(138)	(257)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,50% e 8,50% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características da captação efetivada.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de junho 2018, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	30/06/2018					Total	31/12/2017
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Passivos financeiros							
Fornecedores	2.129	104	86			2.319	2.846
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.738		1.738	862
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	6.658	6.655	11.084	17.753	68.746	110.896	93.757
Uso do bem público	391	1.162	3.136	20.471	23.819	48.979	47.597
	9.178	7.921	14.306	39.962	92.565	163.932	145.062

21.2.2.1 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 30 de junho de 2018 foi negativo em R\$38.564 (R\$68.504 negativo em 31 de dezembro de 2017). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, às obrigações relacionadas a empréstimos e financiamentos, as quais poderão ser pagas com o fluxo de caixa gerado pela operação.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

21.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada, principalmente, às rubricas de Concessionárias, Rendas a receber e Caixa e equivalentes de caixa.

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contrato de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de créditos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

22.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2018				
		Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 30/06/2018
Nota	Ajuste a valor presente			Adições/ baixas		
Dividendos	12	32.541	(8.141)		7.959	32.359
Empréstimos e financiamentos	13	93.757	10.070	3.590	3.479	110.896
		<u>126.298</u>	<u>1.929</u>	<u>3.590</u>	<u>11.438</u>	<u>143.255</u>

		2017				
		Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 30/06/2017
Nota	Ajuste a valor presente			Adições/ baixas		
Dividendos	12	43.920	(41.160)		47.945	50.705
Empréstimos e financiamentos	13	94.942	(11.985)		3.491	86.448
		<u>138.862</u>	<u>(53.145)</u>	<u>-</u>	<u>51.436</u>	<u>137.153</u>

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2018	2017
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	7.959	47.945
Provisão para custos com licença ambiental no intangível		79
Total	<u>7.959</u>	<u>48.024</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**23 Compromissos contratuais e Garantias****23.1 Compromissos contratuais**

Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	30/06/2018				31/12/2017	
	Julho/2018 a Junho/2019	Julho/2019 a Junho/2021	Julho/2021 a Junho/2023	A partir de 2024	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	213	309	154	37	713	204
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	13.663	9.944	1.370	146	25.123	39.469
Prêmio de risco - GSF				283	283	297
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	109				109	
	<u>13.985</u>	<u>10.253</u>	<u>1.524</u>	<u>466</u>	<u>26.228</u>	<u>39.970</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2018, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	30/06/2018				31/12/2017	
	Julho/2018 a Junho/2019	Julho/2019 a Junho/2021	Julho/2021 a Junho/2023	A partir de 2024	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	189	267	146	36	638	161
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	12.395	8.534	1.257	156	22.342	31.912
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	108				108	
	<u>12.692</u>	<u>8.801</u>	<u>1.403</u>	<u>1.064</u>	<u>23.960</u>	<u>32.945</u>

23.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		30/06/2018	31/12/2017
Seguro de vida	Aval de acionista	9.165	9.385
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia	7.743	7.743
		<u>16.908</u>	<u>17.128</u>

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Hamilton Carlos Naves
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente, de Relações com Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Júnior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Vice-Presidente de Controle

Rodolfo Coli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

Paulo Afonso Teixeira Machado
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Investco S.A.

Miracema do Tocantins - TO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado acima referida não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de fevereiro de 2018, sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses do trimestre findo em 30 de junho de 2017, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 3, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de julho de 2018, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim

Contadora CRC 1SP220280/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 24 de julho de 2018 às 10:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 30 de junho de 2018, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 24 de julho de 2018.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÓNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 20 de julho de 2018, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2018.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 20 de julho de 2018, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2018, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Diretor Vice-Presidente de Controle